

Memória da 6ª reunião do ano 2009 da Comissão Interinstitucional de R.H.

Data: 25/06/09

Horário: 8:30 horas até 11:40 horas.

Local: Hotel Elo In.

Esta reunião foi realizada extraordinariamente pela manhã em virtude da reunião extraordinária da CES que será feita à tarde. Como todas as comissões funcionaram neste dia pela manhã, faltaram os membros que já estão em outras comissões e são coordenadores ou relatores das mesmas.

Estiveram presentes Soraia Reda Gilber, coordenadora desta comissão e temporariamente relatora, Maria Leonor Fanni Paulini, representante da SESA e com cargo de carreira, Gerson Luiz Ferreira Filho, diretor de Recursos Humanos da SESA, representando também a SESA e com cargo comissionado e o coronel Ernani Lunardi Filho que trabalha no gabinete do Secretário de Saúde vindo a pedido deste como convidado.

Maria Leonor relata que foi enviado ofício do Secretário de Saúde para a CES indicando ela e o Gerson para comporem a Comissão Interinstitucional de Recursos Humanos da CES como representantes da SESA, o ofício não chegou ainda na pasta de RH, porém a Soraia disse que isso não impediria de ambos participarem dessa reunião.

Foi primeiramente lido a última memória da reunião do dia 28 de maio de 2009 para que os demais possam se interar do que estava sendo discutido. A pauta de hoje seria discutir o relatório de gestão de 2008 no que concerne ao capítulo de gestão de trabalho. Soraia lembrou que isso já foi discutido na reunião passada e que nessa ocasião os componentes da comissão não aprovaram o relatório em 5 pontos e que isso já tinha sido passado na plenária do CES no dia 29 de maio. Maria Leonor contra-argumentou que as metas que falam nas datas de 2009 para sua execução só poderão ser discutidas e desaprovadas no próximo relatório de gestão porque se refere a 2009 e não 2008. Soraia disse que tem um ponto do relatório cuja meta a ser atingida (concurso público) seria 10 de dezembro de 2008 e não foi cumprida.

Maria Leonor disse que o concurso público em 2008 não foi realizado, mas que foram chamados quase 400 funcionários remanescentes do concurso público de 2004 e que já existe uma conversa com a SEAP de abrir concurso público para 2009. Soraia perguntou em que data isso se processaria e ela não soube precisar, mas que seria talvez no 2º semestre de 2009. Soraia disse que independente do concurso de 2004 a necessidade real de novos contratados em caráter permanente é urgente existindo setores dentro do Estado que poderão ser até desativados por falta de RH que assumam as vagas dos que estão se aposentando.

Gerson falou que a dificuldade em RH é a especificidade na Saúde e que os próximos concursos serão divididos em três áreas: hospitalar usuários e geral para captar pessoas mais especializadas nas diferentes escalas.

Soraia contra-argumentou que os testes seletivos não poderiam ser realizados uma vez que, é dinheiro público construindo hospitais e reformas e os funcionários também deveriam ser públicos. Também falou que daria tempo de abrir concurso público até que os hospitais novos comecem a funcionar.

Ernani argumentou que não podem ser criadas vagas novas para unidades ainda inexistentes e que só depois de funcionarem é que se poderão criar vagas dentro do Estado para funcionários de carreira, que o governador do Estado está amparado judicialmente

para realização dos testes seletivos e depois do funcionamento se verá a possibilidade de troca dessa mão de obra por funcionários concursados.

Soraia contra argumenta que o governo tem as leis e o corpo jurídico em suas mãos e muitos técnicos que o assessoram e que poderiam dizer quanto de recursos humanos seriam necessários para se criar essas vagas e após se fazer o concurso público. Ernani diz que se houvesse essa possibilidade o governo já teria feito, mas se chama um teste seletivo para depois poder se criar esses mecanismos. Em seguida relatou a dificuldade que existe em se conseguir médico especialista para a área da saúde e que hoje muita coisa já mudou e que o salário que se oferece ao médico dentro do Estado não é interessante para que ele fique na carreira, que hoje o que se está fazendo em alguns países é contratar em contratos temporários, qualificar essa mão de obra para depois ele atuar fora do Estado e que talvez o caminho seja esse no futuro. Soraia disse que se o PCCV da Saúde fosse implantado fazendo com que esse profissional fosse valorizado isso poderia ser resolvido. Ernani contra-argumentou que mesmo o salário de doze mil reais não é suficiente para atrair essa mão de obra altamente especializada. Soraia disse que o importante seria fortalecer a medicina básica dos municípios porque se esses fossem bem estruturados não necessitaria tanto de especialistas e 80% dos problemas de saúde da população seriam solucionados e os outros 20% poderiam vir para centros mais especializados diminuindo o sufoco que hoje existe por consultas tão especializadas.

Maria Leonor pede para que o relatório de gestão de 2008 seja parcialmente aprovado pelos seguintes aspectos:

- Houve uma primeira reunião de instalação de uma mesa de negociação em dezembro de 2008 e foi consenso que seria feito um seminário de sensibilização em abril de 2009, não foi possível fazer o seminário nessa data, mas que já está em projeto e isso só pode ser avaliado no relatório de gestão de 2009.

- Na implantação do PCCS para maio de 2009, em 2008 foi formada a comissão SESA-SINDSAÚDE e foram feitas várias reuniões onde existe um pré-projeto e a data de implantação para 2009 também só poderá ser avaliado no próximo ano.

- A realização do concurso público para 10/12/2008 não foi realizado, mas foram chamados quase 400 funcionários do concurso anterior e as conversações com a SEAP para novo concurso começaram em 2008.

- No capítulo da jornada de trabalho os representantes da SESA dizem que não tem governabilidade e que já tem documentos sobre jornada de trabalho dados pelo SINDSAÚDE, mas que não podem descumprir as ordens do governador do Estado.

- Quanto ao Calendário de formação, Gerson disse que foram realizados seminários de sensibilização para os novos servidores que foram chamados no concurso passado e que a intenção da diretoria de Recursos Humanos da SESA é fazer um trabalho continuado com os demais servidores ainda nesse ano.

Soraia contra-argumentou que poderia dizer que no item mesa de negociação poderia parcialmente aprovar já que houve uma reunião em dezembro. Concordou que houve comissão para discutir o PCCV, pois fez parte dessa comissão. Que não concorda que os remanescentes do concurso de 2004 seja considerado como concurso, também não concorda com o chamamento dos testes seletivos já realizados pela SESA, e que no capítulo da jornada de trabalho o governo estadual está descumprindo leis federais e o Estatuto do Servidor Público que ainda não foi revogado e que gerará um passivo trabalhista gigantesco no futuro, que votou nesse governo, mas se arrepende e se possível gostaria de ter o seu voto de volta porque a decepção do funcionalismo em geral foi grande.

Para finalizar, Soraia disse que o relatório de gestão de 2008 já tinha sido reprovado pela reunião passada, mas que relataria a posição da SESA quanto a esse tema em questão, que

até entende os argumentos da SESA, mas que como membro dos trabalhadores do SINDSAÚDE não concorda porque o governo tem todo o aparato jurídico e vontade política para realizar as mudanças necessárias.

Foi decidido que somente na próxima reunião se dará à eleição para o novo relator (a) quando os demais componentes da comissão poderão participar da reunião às 14:00 horas.